



Inter-Parliamentary Union
For democracy. For everyone.



Reunião temática da UIP-CPLP sobre as mudanças climáticas face aos desafios do desenvolvimento sustentável

18-19 de julho de 2022, Praia, Cabo Verde

Declaração da Praia

Mais de 30 participantes de 5 países reuniram-se na Praia, em Cabo Verde, nos dias 18 e 19 de julho de 2022, para a reunião temática sobre as mudanças climáticas face aos desafios do desenvolvimento sustentável. O seminário foi organizado conjuntamente pela União Interparlamentar (UIP) e pelo Parlamento de Cabo Verde.

A reunião temática foi constituída por várias apresentações e discussão plenária, proporcionando uma oportunidade única para desenvolver os debates que conduziram à adoção da Declaração de Nusa Dua na 144.^a Assembleia da UIP, na qual parlamentares de mais de 100 países delinearão ações-chave para uma resposta parlamentar sólida e transformadora à crise climática. A reunião abriu caminho para o reforço da cooperação e ação parlamentar entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em conformidade com a declaração.

O seminário centrou-se em identificar boas práticas no que respeita à legislação em matéria de alterações climáticas entre os parlamentos da CPLP, em explorar oportunidades para reforçar a resiliência das populações destes países e em promover a aplicação de acordos nacionais e internacionais em matéria de clima. Os debates foram enriquecidos com a partilha de boas práticas, experiências nacionais e lições aprendidas com parlamentares, peritos de agências das Nações Unidas, representantes das autarquias e de organizações da sociedade civil locais.

Mudanças climáticas no contexto global: Os caminhos e os desafios para um desenvolvimento sustentável

O primeiro painel apresentou uma panorâmica dos impactos das alterações climáticas a nível mundial, com especial destaque para os países da CPLP. Os oradores desta sessão destacaram os efeitos desiguais das alterações climáticas nos países em desenvolvimento, salientando os riscos e impactos que as alterações climáticas têm nas comunidades mais vulneráveis, em especial as que vivem em zonas costeiras de baixa altitude e as que dependem da agricultura e da pesca para a sua sobrevivência. Salientou-se a importância de reconhecer não só os impactos ambientais, económicos e sociais da crise climática, mas também os impactos na saúde mental. Os parlamentares foram convidados a integrar o apoio à saúde mental na ação climática. Apresentou-se igualmente uma introdução a políticas e práticas de atenuação e adaptação eficazes, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável, com destaque para as estratégias pertinentes para os pequenos países insulares e os países com zonas costeiras de baixa altitude. Debateram-se exemplos de políticas e medidas que podem ajudar a atingir os objetivos em matéria de clima e desenvolvimento, nomeadamente:

- Promover o alinhamento das políticas e estratégias em matéria de alterações climáticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris;
- Integrar o apoio à saúde mental na ação climática e considerações climáticas nos programas de

saúde mental;

- Garantir que a legislação em matéria de clima inclui a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas.

Os desafios para a efectivação dos direitos humanos face às mudanças climáticas

O segundo painel centrou-se na integração de uma perspetiva de direitos humanos na ação climática nos países da CPLP. Esta sessão demonstrou a eficácia da adoção de uma abordagem centrada nos direitos humanos para fazer face aos impactos das alterações climáticas. Apelou-se aos parlamentos para que refletissem sobre as obrigações que incumbem aos Estados ao abrigo do regime jurídico internacional em matéria de direitos humanos, dos instrumentos internacionais e da sua própria legislação nacional, a fim de assegurar o cumprimento do «direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável» e adotar medidas adicionais para garantir a concretização deste direito nos respetivos parlamentos. A restauração agroflorestal foi descrita como uma estratégia importante para reduzir o problema dos refugiados climáticos. Sublinhou-se igualmente a importância de uma governação sólida no domínio da água para garantir a saúde e o bem-estar das comunidades, bem como de uma abordagem de preparação e resposta a catástrofes baseada nos direitos. Destacaram-se várias ações que os parlamentares podem empreender para apoiar a aplicação dos direitos humanos no contexto das alterações climáticas, nomeadamente:

- Identificar e dar resposta às necessidades mais urgentes dos eleitores vulneráveis na criação de disposições jurídicas em matéria de alterações climáticas;
- Apoiar quadros jurídicos que promovam a aplicação de medidas de resposta aos refugiados climáticos, incluindo políticas de recuperação agroflorestal, medidas de atenuação e adaptação e a disponibilidade de fundos para a redução do risco de catástrofes e a resposta às mesmas;
- Rever os quadros jurídicos nacionais em matéria de governação no domínio da água, promover leis que incentivem a utilização sustentável dos recursos hídricos e estratégias de prevenção de catástrofes relacionadas com a água, tais como secas e inundações.

O papel das novas tecnologias na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas

O terceiro painel debateu a importância das tecnologias digitais para melhorar a eficiência e a produção de energia. A digitalização do setor da energia foi considerada uma solução para fazer face à atual crise dos combustíveis fósseis. Salientou-se a importância da educação e da utilização de novas tecnologias para aumentar a capacidade de resiliência das comunidades que enfrentam os efeitos das alterações climáticas. Debateu-se igualmente a introdução de novas tecnologias como estratégia educativa para promover a utilização sustentável dos recursos naturais. Entre os exemplos de novas tecnologias para combater as alterações climáticas contam-se inovações destinadas a facilitar a transição para energias limpas e otimizar a utilização de fontes renováveis, bem como tecnologias que facilitam a transição para uma economia circular. Os esforços parlamentares identificados para promover a integração de novas tecnologias na ação climática incluíram:

- Defender a utilização generalizada de novas tecnologias nas estratégias de atenuação para combater as alterações climáticas, em particular no setor da energia;
- Colocar a digitalização da produção de energia na vanguarda da agenda climática e incentivar a utilização de inovações tecnológicas para otimizar a utilização de energias renováveis;
- Promover a utilização de novas tecnologias nas estratégias de adaptação destinadas a reforçar a resiliência das comunidades mais afetadas pelas alterações climáticas.

Soluções aplicadas ao enfrentamento das mudanças climáticas — Importância da representatividade e do financiamento na economia sustentável

O painel final centrou-se em assegurar uma resposta sólida e abrangente à crise climática, com a participação das mulheres e jovens, o reforço da legislação e o aumento do financiamento. A harmonização limitada entre os quadros jurídicos em matéria de ação climática e o financiamento inadequado foram descritos como grandes obstáculos à aplicação de estratégias de atenuação das alterações climáticas e de adaptação às mesmas. Os parlamentares foram incentivados a apoiar estratégias de gestão dos riscos através da elaboração de nova legislação ou da alteração da legislação pertinente e da definição de dotações orçamentais generosas. No entanto, salientou-se a dificuldade no acesso a financiamento, em especial aos fundos internacionais dos países desenvolvidos, para financiar a agenda climática. Os oradores salientaram a importância de estabelecer parcerias multissetoriais, nomeadamente com os governos nacionais e locais, o setor privado, as comunidades, organizações não governamentais e organizações internacionais, para desenvolver estratégias climáticas abrangentes e inclusivas adaptadas aos contextos locais. As oportunidades para reforçar a ação parlamentar nesta matéria incluem:

- Promover políticas e leis e aprovar orçamentos que apoiem a aplicação de medidas de desenvolvimento sustentável, de redução do risco de catástrofes e de adaptação, em conformidade com acordos internacionais fundamentais (por exemplo, os ODS, o Acordo de Paris e o Quadro de Sendai para a redução do risco de catástrofes 2015-2030);
- Apoiar legislação que facilite o acesso ao financiamento no domínio do clima e defender uma maior afetação de recursos da comunidade internacional para financiar a ação climática;
- Incentivar parcerias multissetoriais, designadamente com comunidades em situação de risco, a fim de assegurar uma abordagem inclusiva e abrangente para o combate às alterações climáticas.

Uma vez que as mudanças climáticas não respeitam fronteiras nacionais, esta reunião temática salientou a importância crucial da cooperação para fazer face à crise climática que atravessa fronteiras geográficas e políticas. O diálogo interparlamentar e a partilha de boas práticas foram considerados fundamentais para uma ação climática eficaz e para a execução das ações descritas na Declaração de Nusa Dua nos países da CPLP. A UIP está preparada para continuar a apoiar os parlamentos nos seus esforços para combater as alterações climáticas e está empenhada em proporcionar aos parlamentos uma plataforma para diálogos nacionais, regionais e mundiais, a fim de facilitar parcerias mais fortes para a ação climática. Os resultados desta reunião temática serão dados a conhecer à comunidade parlamentar mundial na 145.^a Assembleia da UIP, em Kigali, no Ruanda.

Praia, aos 19 dias de julho de 2022.

Os Presidentes dos Grupos Nacionais e seus Representantes,

Maria Idalina de Oliveira Valente

Presidente do Grupo Nacional de Acompanhamento à UIP

Armindo João da Luz

Presidente do Grupo Nacional de Cabo Verde

Eduardo Joaquim Mulembwe

Presidente do Grupo Nacional de Moçambique

Joaquim Barreto

Presidente da Delegação Portuguesa da Assembleia da República à UIP

Lídia Norberta dos Santos Martins

Membro do UIP Timor-Leste

Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste